

O pessimismo do exportador

**Laerte Setúbal, presidente
da Associação dos Exportadores Brasileiros,
fala sobre o ano que vem.**

— Não existe uma visão clara de como será o comportamento do mercado internacional em 1982; o protecionismo dos países importadores, principalmente dos Estados Unidos, criará grandes dificuldades para se exportar os 28 bilhões de dólares pretendidos pelo governo.

Essas afirmações foram feitas ontem em Belo Horizonte pelo presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Laerte Setúbal, que se declarou "mais pessimista que otimista" em relação às vendas externas no próximo ano.

Segundo ele, o comércio exterior brasileiro "não pode receber congratulações" este ano, pois importações e exportações deverão somar 45 bilhões de dólares, apenas 2 bilhões a mais do que em 1980: as exportações subiram de 20 para 23 bilhões e as importações caíram de 23 para 22 bilhões. Ele não esperava que as compras "caíssem tanto", lembrando que a redução das importações "prejudicam as exportações, pois nenhum país do mundo, atualmente, quer só comprar". Ele acha que o valor dos negócios do comércio externo deveria situar-se entre 50 e 60 bilhões de dólares, e preferia que tivesse havido um déficit comercial de 200 a 300 mil dólares, em vez de um superávit de 1,2 a 1,3 bilhão.

Juros e importações

O presidente da AEB lembrou que as importações caíram por causa da desaceleração da economia brasileira e, principalmente, dos altos juros do mercado internacional, impedindo que os compradores formassem estoques de produtos importados. Por isso, prevê que as importações só vão aumentar se os juros externos baixarem.

Quanto às exportações no próximo ano, Laerte Setúbal disse que haverá uma recuperação do café, devido à provável elevação de preços determinada pela geada deste ano. Acredita também que a soja, o cacau e o milho terão um bom

desempenho. Somente o açúcar enfrentaria um ano fraco, em razão da concorrência da produção europeia e de seus fretes mais baratos, e também da concorrência do dextrosol, açúcar de milho elaborado principalmente nos Estados Unidos.

Laerte Setúbal não quis arriscar qualquer palpite sobre o valor das vendas externas no próximo ano. Frisou apenas que a situação é difícil já que a maioria dos importadores enfrenta séria recessão, havendo pelo menos 25 milhões de desempregados no mundo ocidental.

Por isto mesmo, estes países, com os Estados Unidos à frente, deverão fortalecer ainda mais o protecionismo. Assim, ele acha que o governo agiu muito bem e com "audácia", ao estender o prazo de vigência do crédito-prêmio às exportações até o segundo semestre de 1982. "Mesmo que não houvesse essa extensão, de qualquer jeito viriam as sobretaxas às nossas exportações", já que, no caso dos EUA, a questão tornou-se política, "pois empregados e empregadores de lá estão assinando juntos petição ao governo nesse sentido".

Apelo aos EUA

O governo decidiu apelar ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos para que adie o início da verificação no nível de subsídio concedido à produção de calçados, de modo que as autoridades brasileiras tenham tempo de negociar com os governantes norte-americanos o fim do processo de restrições existente hoje sobre as exportações de calçados brasileiros para aquele mercado, as quais são penalizadas com uma sobretaxa.

A informação foi dada ontem pelo chefe da Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, ao informar que o Itamaraty já está enviando instruções à sua embaixada em Washington para que inicie gestões neste

sentido. Essa decisão foi tomada ontem, após um dia e meio de reuniões entre os principais importadores norte-americanos dos calçados brasileiros e os fabricantes nacionais do produto.

O processo de verificação do nível de subsídio dos calçados seria iniciado na próxima semana, quando técnicos do Departamento do Comércio deveriam chegar ao Brasil, em viagem marcada para o dia 17. Caso o adiamento seja concedido, essa missão não virá ao Brasil, pelo menos por enquanto. Se os Estados Unidos concordarem com o pedido brasileiro, segundo Marciano da Rocha, serão desenvolvidas negociações no sentido de que o subsídio dado aos calçados seja em tal montante que os norte-americanos aceitem, mas sem qualquer prejuízo da competitividade do produto nacional.

Suco de laranja

O chefe da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, revelou ontem que o governo está estudando a adoção de mecanismos de apoio financeiro aos exportadores e produtores de suco de laranja para estocagem do produto até que os preços no mercado mostrem recuperação.

Ferreira da Nóbrega deu esta informação ao anunciar que o Conselho de Política Fazendária (Confaz) decidiu manter a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) na compra de laranja para a fabricação de suco vendido no mercado externo. A proposta, do governo de Sergipe, era no sentido de que São Paulo, que não cobra o ICM nessas operações, passasse a fazê-lo, já que seu Estado — o outro exportador do suco de laranja — tributa a comercialização da laranja para industrialização. Sergipe pretendia a uniformização na taxa do produto. O ministro da Fazenda, Ernando Galvão, ponderou que a medida poderia ter impacto negativo nas exportações do suco de laranja.